




01 de março de 2009

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas de
FERROVIA TEREZA CRISTINA S. A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A., levantado em 31 de dezembro de 2008, e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e compreenderam, entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, também foram por nós examinadas, e compreenderam o balanço patrimonial, demonstração de resultado, mutações do patrimônio líquido, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil sofreram modificações a partir de 01º de janeiro de 2008, em relação às adotadas no ano de 2007, conforme previsto na Lei nº. 11.638/07 e como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC - nº. 13 e da Medida Provisória nº. 449/08.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 6, letra "b" a empresa deixou de reconhecer contabilmente provisão de contingência fiscal, no montante de R\$ 18.681 mil, em face ao exposto na referida nota explicativa, com reflexo positivo no seu patrimônio líquido.


MÁRCOS DANILO VIANA
Contador - CRC/RS N.º 090.003/O-2 - T/SC - S/RJ
CPF N.º 123.871.000-00

OMV - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - AD. N.º 10.028/08 - CRC/SC n.º 3.628 - S/RJ



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE

ATIVO
(Em milhares de reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE	8.072	6.666
Caixa e equivalentes de caixa	499	792
Clientes	3.798	3.445
Imposto a recuperar	846	578
Adiantamento a fornecedores	59	18
Estoques	789	1.700
Despesas do exercício seguinte	2.081	135
NÃO CIRCULANTE	93.161	81.052
Realizável a longo prazo	1.389	52.773
Créditos judiciais	686	666
Adiantamento p/futuro aumento de capital	-	12.832
Depósitos judiciais	630	516
Valores a receber RFFSA	73	73
Títulos e valores mobiliários	-	38.653
Outros direitos realizáveis	-	13
Investimento	75.090	11.382
Participações em controladas	22.622	11.382
Títulos e valores mobiliários	52.455	-
Outros investimentos	13	-
Imobilizado	16.682	16.897
TOTAL DO ATIVO	101.233	87.718

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE

PASSIVO
(Em milhares de reais)

	2008	2007
CIRCULANTE	10.887	10.690
Fornecedores	1.023	1.136
Salários a pagar	271	197
Obrigações sociais e trabalhistas	787	140
Credores por cauções e consignações	101	60
Impostos e contribuições a recolher	607	625
Provisão para Contingências	639	426
Parcelas do Arrendamento e Concessão	7.284	5.991
Adiantamento de clientes	-	347
Contas a pagar	175	745
NÃO CIRCULANTE	85.889	74.612
Obrigações com Arrendamento e Concessão	1.462	1.115
Debêntures	64.269	73.497
Adiantamento de clientes	-158	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.457	2.416
Capital Social	3.750	3.750
Reserva de Reavaliação	9.214	11.586
Prejuízos Acumulados	(8.507)	(12.920)
TOTAL DO PASSIVO	101.233	87.718

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



4

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

	2008	2007
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	46.063	37.528
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(1.680)	(1.370)
Impostos incidentes	(1.680)	(1.370)
RECEITA LÍQUIDA	44.383	36.158
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(20.729)	(16.230)
LUCRO BRUTO	23.654	19.928
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(20.960)	(24.261)
Despesas administrativas e gerais	(6.284)	(6.869)
Despesas financeiras	(19.630)	(16.276)
Receitas financeiras	69	27
Outras despesas operacionais	(1.447)	-
Outras receitas operacionais	84	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	(2.532)	(2.143)
RESULTADO OPERACIONAL	2.694	(4.333)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	-	39
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SO	2.694	(4.294)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.425)	(1.151)
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	1.269	(5.445)
Por ação do capital social	0,37	(1,62)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.829.083/0001-45

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2008
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Reavaliação de Bens de Controlada	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	3.750	11.278	(10.040)	4.988
Reserva de reavaliação reflexa	-	2.873	-	2.873
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	(2.666)	2.506	-
Prejuízo do exercício	-	-	(5.445)	(5.445)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	3.750	11.586	(12.920)	2.416
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	(2.372)	2.372	-
Ajuste de equivalência patrimonial	-	-	772	772
Lucro do exercício	-	-	1.269	1.269
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	3.750	9.214	(8.507)	4.457

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



6

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	<u>2008</u>
1. CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>18.606</u>
Caixa Gerado nas Operações	18.378
Lucro líquido do exercício	1.259
Depreciação e amortização	2.621
Equivalência patrimonial	2.632
Provisão para contingências	213
Amortização 1ª parcela arrendamento e concessão	108
Atualização de títulos e valores mobiliários	10.772
Receita financeira não realizada	(15)
Perdas na baixa de bens do imobilizado	878
Variações nos ativos e passivos	228
Contas a receber	(353)
Estoques	527
Tributos a recuperar	(268)
Adiantamento de fornecedores	(43)
Seguros	(10)
Depósitos judiciais	(114)
Fornecedores	(115)
Obrigações sociais e trabalhistas	131
Adiantamento de clientes	(189)
Arrendamento e concessão a pagar	640
Outros	22
2. CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(18.899)</u>
Aquisições de ações em controlada	(168)
Aquisições de bens do imobilizado	(4.944)
Aquisições de títulos e valores mobiliários	(13.787)
3. (AUMENTO) REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (1-2)	<u>(293)</u>
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	792
5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	499

(As notas explicativas integram e conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de Reais)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituída em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa.

Todos os bens vinculados ao Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC.

Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA, foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449 a empresa elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2008, portanto as informações comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 são apresentadas de acordo com a legislação e normas vigentes até aquela data.

O balanço patrimonial inicial e os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 sobre o patrimônio líquido e resultado da Companhia, estão apresentados na nota nº 4.



2.2 Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/2007, que altera a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela CVM e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 modificou itens da Lei nº 11.638/07 e da Lei das Sociedades por Ações.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações não trouxeram impactos significativos para a Companhia. A principal alteração refere-se a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;

2.3 Mudanças Introduzidas pelo Manual de Contabilidade da ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Transportes Ferroviários de Cargas e Passageiros, como: "Manual de Contabilidade dos Serviços Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros", contendo Plano de Contas, as instruções contábeis e manuais para divulgação de informações econômico-financeiras. As normas contidas nesse Manual foram de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2008. Em consideração às disposições contidas no Manual, promoveram-se as reclassificações relativas aos critérios de contabilização, que impactam na comparabilidade dos saldos, conforme citado nas notas que seguem abaixo:

a) Estoque

O estoque da Companhia apresentava o valor de R\$ 1.700 mil em 31.dez.2007. Com a reclassificação por conta da implantação do referido Manual, o saldo passou a ser o seguinte:

	Após	Antes
Almoxarifado	1.195	1.687
Estoque em Processo	13	13
	<u>1.208</u>	<u>1.700</u>

O valor referente a essa reclassificação de R\$ 492 mil foi transferido para estoque no Ativo Não Circulante no subgrupo Imobilizado e está sendo utilizado para compor os bens do Imobilizado.

b) Despesas de exercício seguinte

A FTC vinha adotando como procedimento, desde o ano de 1997, registrar em seu imobilizado, na conta "Direito de Concessão" a primeira parcela da Concessão e do Arrendamento paga no ato do leilão de privatização e sendo amortizadas mensalmente pelo período de 30 anos. A partir do exercício de 2008, o saldo desta rubrica foi reclassificado para a conta contábil "Despesas do Exercício Seguinte" no Ativo Circulante, representado pelo valor líquido de R\$ 2.043 mil, a ser amortizado pelo mesmo período remanescente do Contrato de Concessão e Arrendamento.



c) Títulos e Valores Mobiliários

As debêntures adquiridas eram registradas contabilmente na conta "Títulos e Valores Mobiliários" no Ativo Realizável em Longo Prazo, sendo reclassificadas para a conta "Títulos e Valores Mobiliários" no grupo Ativo Não Circulante no subgrupo Investimento, a partir do exercício de 2008.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

a) Classificação de Itens Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vindendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Instrumentos Financeiros

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.



i) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

j) Estoques

Os estoques foram valorados ao custo médio de aquisição ou produção, líquidos de impostos recuperados e não superam os preços do mercado.

k) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

l) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O Resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

m) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição dos bens, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado. A depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

o) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dias incorridos.

p) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são os Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento jurídico da empresa.



NOTA 4 – ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007

A empresa elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2008, portanto as informações comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 são apresentadas de acordo com a legislação e normas vigentes até aquela data. Foram analisadas as contas em conformidade com a Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008 e não constou nenhuma alteração relevante, que tivesse efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

NOTA 5 – INVESTIMENTOS

O investimento na controlada Transferro Operadora Multimodal S.A., está representado da seguinte forma:

	31.dez.2008	31.dez.2007
Capital Social	16.647	3.647
Patrimônio Líquido	22.622	11.382
Ações Possuídas	1.664.699	364.699
Percentual de Participação	99,99%	99,99%
Mutações do Investimento		
Valor no início do exercício	11.382	10.652
Integralização de capital	13.000	-
Reserva de reavaliação de bens do ativo fixo	-	2.873
Equivalência Patrimonial	(2.532)	(2.143)
Ajuste de equivalência patrimonial	772	-
Valor no fim do exercício	22.622	11.382

NOTA 6 – IMOBILIZADO

O imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2008

	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	% Taxa de Amortização Depreciação
Terrenos	59	-	59	-
Equipamentos de sinalização	246	153	93	10%
Apar. e equip. de telecomunicações	507	350	157	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	1.533	924	609	10% e 20%
Veículos	218	198	20	20%
Móveis e Utensílios	175	70	105	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	517	405	112	20%
Sistemas aplicativos e software	548	385	163	20%
Sistema de gestão corporativa	149	110	39	20%
Outros imobilizados	107	34	73	4% e 10%
Benefitorias em propriedade de terceiros	21.263	9.172	12.091	10%
Imobilizações em andamento	3.161	-	3.161	
Total	28.483	11.801	16.682	



NOTA 7 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A empresa possui processos de natureza trabalhista e cível, para os quais foram constituídas provisões nos montantes de R\$ 599 mil e R\$ 40 mil respectivamente, perfazendo um total de R\$ 639 mil, considerados suficientes para fazer face à possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados.

A empresa foi notificada pela Receita Federal, no valor total de R\$ 18.681 mil, referente à glosa de despesas operacionais dos exercícios de 1999 e 2000 com efeitos no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Conforme parecer dos advogados que cuidam do processo, a empresa tem possibilidade de êxito na questão, motivo pelo qual deixa de registrar a provisão para contingências. A referida notificação encontra-se pendente de decisão pelo Conselho de Contribuinte.

NOTA 8 – OPERAÇÕES COM DEBÊNTURES

8.1 – Debêntures emitidas

Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998 foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de R\$ 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000 debêntures, é remunerada pela variação acumulada da taxa da ANBID, acrescida de juros 12% a.a. e prêmio de 8,5% a.a. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, tem como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora.

Através do "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 30 de dezembro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª série dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000.

Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

Estão no mercado 35.003 debêntures da 1ª série dessa emissão, no valor de R\$ 84.269 mil, atualizado até 31.dez.2008, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante.

8.2 Debêntures adquiridas

A empresa adquiriu 524.547 debêntures de empresa privada, no valor de R\$ 52.455 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora; todas estas debêntures são vencíveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante.



NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Instrumentos Financeiros – em milhares de reais

Classificação	Não circulante	2008	2007
Mantidos até o vencimento	Debêntures – ativas	52.455	38.653
Passivos financeiros	Debêntures – passivas	84.269	73.497

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como "mantidos até o vencimento" e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como "passivos financeiros", cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização.

Risco de liquidez

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO E CONCESSÃO

Refere-se ao saldo relativo à obrigação para com arrendamento dos bens operacionais para a prestação de serviços de transporte ferroviário e a concessão da malha ferroviária, conforme estabelecido nos contratos de arrendamento firmado com a Rede Ferroviária Federal S.A. e de concessão firmado com a União.

NOTA 11 - CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais. Parte destas ações ordinárias é resultado da conversão das ações preferenciais, conforme AGE de 01.10.2007, para cumprir exigência prevista no art. 8º parágrafo 1º inciso II, da Lei 10.303 de 31.10.2001 e art. 15, parágrafo 2º da Lei 6.404/76, cuja a Ata foi arquivada na JUCERJA em 10.12.2007 sendo ratificada sua validade através da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2008.

O capital social está inteiramente subscrito e integralizado e pertencem a pessoas jurídicas e físicas, domiciliadas no País.

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, calculado de acordo com a legislação societária.



NOTA 12 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS EM EMPRESA CONTROLADA

Desde 2002 a Controlada Transferro Operadora Multimodal S.A. vem adotando a política de reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado, esses bens são representados por locomotivas e vagões. A última reavaliação ocorreu no exercício de 2007. O reflexo total da reavaliação está registrado em conta específica do Patrimônio Líquido da Companhia no valor líquido de R\$ 9.214 mil a ser realizado em exercícios subsequentes. A realização dessa reserva se efetiva pelas depreciações, vendas ou baixas dos bens, levando a parcela para a conta do Resultado Acumulado.

NOTA 13 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

Conforme descrito na nota 1, a companhia firmou contrato com a Rede Ferroviária Federal em decorrência da privatização das linhas férreas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, sendo estabelecido o seu fim em dezembro de 2.026.

O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu início, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento composto de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI.

A empresa possui provisionadas as parcelas da concessão e do arrendamento, correspondentes ao período da concessão. De acordo com a forma de pagamento estabelecida, estas contraprestações foram classificadas no Passivo Circulante (vencimento até 31 de dezembro de 2009) e Passivo Não Circulante (vencíveis após 31 de dezembro de 2009).

O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizada em "Despesas de Exercício Seguinte" e está sendo amortizada de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

- *Bens objeto da concessão/arrendamento:
- a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente;
 - b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente;
 - c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários;
 - d) Prédios, Instalações e Terrenos.

Prazo da concessão e arrendamento: 30 anos.

Compromissos fixos de pagamento: 112 parcelas trimestrais no valor de R\$ 600 mil sendo atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) acumulado.

Montante residual da concessão/arrendamento:

Valor atualizado pelo IGP-DI até 31.dez.2008.

R\$ 133.298 mil.

Valor a pagar pelos 17 anos restantes do contrato.

R\$ 133.298 mil.

Montante pago durante o exercício de 2008:

R\$ 6.791 mil.

A periodicidade de pagamento das parcelas é trimestral.



NOTA 14 – CONTRATOS DE ALUGUEL DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES

A controlada Transferro Operadora Multimodal S.A. - TRANSFERRO firmou Contrato de Leasing Operacional de locomotivas e vagões com a Ferrovia Paraná S.A. – FERROPAR em 1º de julho de 2001. No entanto, a FERROPAR não cumpriu os compromissos assumidos, como os pagamentos de alugueis, o que ocasionou a rescisão do Contrato. Em virtude desta rescisão a TRANSFERRO arcou com gastos na retomada das locomotivas e vagões, cujo montante foi de R\$ 2.211 mil, que foi contabilizado no resultado da controlada TRANSFERRO, no exercício de 2004. A TRANSFERRO questiona judicialmente o recebimento de alugueis em atraso devidos pela FERROPAR, no valor de R\$ 4.572 mil, bem como a multa rescisória pelo inadimplemento deste Contrato no valor de R\$ 16.850 mil. O atraso na entrega dos vagões à TRANSFERRO resultou em uma decisão judicial que determinou a FERROPAR em pagar uma indenização de R\$ 1.520 mil. A TRANSFERRO também deixou de receber o valor de R\$ 409 mil, a título de juros e correção monetária sobre o valor do contrato de mútuo, celebrado com a FERROPAR em 29 de abril de 2002.

Em 31.dez.2004, o saldo referente ao Acordo de Cooperação Técnica de locomotivas e vagões, firmado pela Companhia com a FERROPAR em 1º de julho de 1999, era de R\$ 772 mil, atualizado até 31.dez.2004. Tendo em vista a rescisão do referido Acordo, foram reconhecidos contabilmente no resultado da Companhia, os gastos com a retomada das locomotivas e vagões, que totalizaram R\$ 174 mil.

Em 31 dez. 2006, a Companhia deixou de receber da FERROPAR S.A. o valor de R\$ 121 mil, a título de aluguel de vagões, conforme previsto no Contrato de Locação de Vagões nº 021/2006. Da mesma forma a empresa controlada TRANSFERRO S.A. não recebeu o valor de R\$ 1.629 mil, conforme previstos nos Contratos numero 004/2005, 012/2006 e 016/2006.

Com a decretação da falência da FERROPAR em 14.12.2006, a pedido da Ferroeste - Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., o governo do Estado do Paraná, através do Decreto nº 10 de 09.01.2007 determinou a requisição de todos os equipamentos e bens necessários a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, como locomotivas, vagões e equipamentos, ferramentas e utensílios pertencentes a Companhia e a TRANSFERRO, provocando desequilíbrio econômico e financeiro à locação da frota, causando sérios prejuízos as mesmas.

NOTA 15 – SEGUROS

ATIVOS	Valor segurado em 2008
Riscos Nomeados e Operacionais	10.000
Responsabilidade Civil	1.200
Automóveis	308
Total	11.508

A cobertura de seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.